



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

15/08/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

## Comissão aprova projeto que cria adicional de 5% para aposentados da Previdência Social

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1468/23, que institui o adicional de aposentadoria para segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a ser custeado pelo Orçamento da União e incorporado ao benefício.

A relatora, deputada Clarissa Tércio (PP-PE), recomendou a aprovação do texto, que altera a Lei de Benefícios da Previdência Social. Ela apresentou uma emenda para determinar que o montante total acumulado pelos segurados não poderá ultrapassar o teto do RGPS, hoje equivalente a R\$ 7.507,49.

“Essa mudança vai ao encontro das necessidades das famílias dos beneficiários da Previdência Social, notadamente daqueles que contribuíram por toda a vida laboral sobre valores acima do piso de um salário mínimo”, observou a relatora.

Pela proposta, o adicional de aposentadoria será devido ao segurado a cada cinco anos de aposentadoria e corresponderá a um acréscimo de 5% na renda mensal, tendo como base o mês anterior ao preenchimento do requisito. Será concedido também ao pensionista, que poderá acumular o tempo aquisitivo do instituidor.

“A Constituição assegura o reajuste das aposentadorias para preservar-lhes, de maneira permanente, o valor real, mas infelizmente, ao longo dos últimos anos, essa determinação não tem sido obedecida”, afirmou o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), autor da proposta, ao defender a criação desse adicional.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 15 de agosto.

## Cesta de famílias com renda mais baixa tem deflação em julho

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mede a variação da cesta de compras de famílias com renda até cinco salários mínimos, registrou deflação (queda de preços) de 0,09% em julho deste ano. A taxa é próxima à deflação de 0,10% do mês anterior. Em julho do ano passado, a queda havia sido mais acentuada (-0,60%).

Com o resultado, o INPC acumula taxas de inflação de 2,59% no ano e de 3,53% em 12 meses.

As taxas de julho do INPC são mais baixas do que aquelas registradas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial e a variação da cesta de compras para todas as faixas de renda.

O IPCA registrou taxas de inflação de 0,12% em julho, 2,99% no ano e 3,99% em 12 meses.

Em julho, os produtos alimentícios medidos pelo INPC tiveram deflação de 0,59%, enquanto os não alimentícios apresentaram alta de preços de 0,07%.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 14 de agosto.

## Alexandre de Moraes vota por limitar alcance da ‘revisão da vida toda’ do INSS

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou para limitar o alcance da decisão que reconheceu o direito à chamada “revisão da vida toda” dos benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). A Corte julga recurso apresentado pela autarquia em plenário virtual que se iniciou nesta sexta-feira (11) e vai até o dia 21.

Moraes, relator da ação, acolheu parte do pedido do INSS. De acordo com o voto do ministro, os efeitos da decisão devem alcançar somente o futuro. Dessa forma, seria excluída a possibilidade de revisar benefícios já extintos, como por decorrência de erro no cálculo ou morte do beneficiário.

Também seria impossível recalcular parcelas já pagas até dezembro de 2022 nos casos em que a Justiça tenha negado o direito à revisão da vida toda.

Em dezembro do ano passado, a Corte assegurou aos aposentados o direito de pedir a inclusão de toda a vida contributiva no cálculo do benefício. Até então, só eram considerados os salários após julho de 1994 — momento de estabilização do Real.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 14 de agosto.

### **Banco que liberar consignado do INSS sem consentimento pode ser multado;**

Bancos e instituições financeiras que liberarem crédito consignado a aposentados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) sem autorização poderão ser multados em 10% do valor. A medida está no projeto de lei 2.131/07, aprovado pela Câmara dos Deputados na quarta-feira (9), e inclui empréstimo para servidores públicos federais e celetistas.

Apresentado pelo ex-deputado Edgar Moury (MDB-PE), o projeto, que ainda será votado no Senado, protege operações financeiras como empréstimos, financiamentos, cartões de crédito, cartões consignados de benefícios e arrendamentos mercantis.

O crédito consignado é um empréstimo que tem desconto direto no benefício ou salário de quem contrata. Com isso, o risco de calote é praticamente nulo.

Os 10% de multa a serem aplicados às instituições serão referentes ao valor depositado na conta do beneficiário de maneira automática. O banco não será multado caso prove que houve engano justificável ou que a suposta fraude ocorreu sem a participação dele ou de seus contratados.

Se a instituição financeira não provar que foi erro o que não participou do empréstimo sem consentimento, o dinheiro é revertido para o cliente lesado. O projeto determina como erro justificável a ação da empresa que não decorre de má-fé ou que não foi proposital, conforme entendimento consolidado pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça) em 2020, em julgamento sobre o artigo 42 do CDC (Código de Defesa do Consumidor).

Para a deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), relatora do projeto, a proposta é uma vitória que corrige anos de abuso, especialmente contra aposentados. "Ele [o projeto] foi negociado com todos os partidos, todos os líderes, com a Febraban [federação de bancos]. Pela primeira vez na história, o país estabelece que os bancos têm que criar condições para coibir a fraude definitivamente", disse.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 15 de agosto.

### **Desinflação é lenta e convergência para meta deve ocorrer em 2025, diz diretora do BC**

Diretora de assuntos internacionais e gestão de riscos corporativos do BC (Banco Central), Fernanda Guardado afirmou nesta segunda-feira (14) que o processo de desinflação em curso no país tem ocorrido de maneira lenta e que uma convergência para a meta deve demorar mais dois anos.

"A economia está apresentando uma desinflação lenta, que a gente espera que traga a convergência para a meta de 3% no início de 2025", afirmou a diretora do BC durante transmissão online no canal da autoridade monetária no YouTube.

Ela assinalou que a perda de ímpeto da pressão inflacionária reflete o trabalho iniciado pelo BC em 2021, que levou a taxa básica de juros da mínima histórica de 2% ao ano para 13,75% no fim do ano passado. 4,1%, em linha com a expectativa de economistas de crescimento de 4,2%.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 15 de agosto.

### **Atividade econômica perde força no 2º trimestre, mas ainda cresce 0,43%, indica BC**

A economia brasileira encerrou o segundo trimestre com crescimento, mas em forte desaceleração em relação ao ritmo visto no início do ano, em meio aos efeitos da política monetária restritiva e do esvaziamento do impulso do setor agrícola, de acordo com dados do Banco Central nesta segunda-feira.

O IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do BC) avançou 0,63% em junho em relação ao mês anterior, mostrou dado dessazonalizado do indicador, que é um sinalizador do PIB (Produto Interno Bruto).

O dado de maio foi revisado para mostrar queda de 2,1%, depois de contração de 2,0% informada anteriormente, marcando o segundo mês no vermelho desde o início do ano. Com isso, o IBC-Br apresentou no segundo trimestre crescimento de 0,43% na comparação com os três primeiros meses do ano, quando registrou avanço de 2,21%.

Na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o IBC-Br teve alta de 2,10%, enquanto no acumulado em 12 meses passou a uma alta de 3,35%, de acordo com números observados.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 15 de agosto.